



4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SIMÕES FILHO – BAHIA

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL

INQUÉRITO CIVIL IDEA Nº 709.9.26391/2021

**COMPROMITENTE:** MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, através da Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho.

**COMPROMISSÁRIA:** MARIZE FERNANDO DOS SANTOS, brasileira, nascida em 17/09/1975, R.G. nº 06.419.182-67, CPF nº 907.441.365-04, residente na Rua Petrópolis, s/nº, Bairro FICAM, Camaçari, Bahia, CEP 42.800-000, neste ato acompanhada por sua advogada, Dra. Selma Ferreira Silva, inscrita na OAB/BA sob o nº 56.016.

Pelo presente instrumento, na forma dos artigos 17-B da Lei Federal nº 8.429/1992, 5º, § 6º, da Lei Federal nº 7.347/85, 83 da Lei Complementar Estadual nº 11/96, 1º, § 2º, da Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público e 56 da Resolução nº 011/2022 do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público da Bahia, de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, por intermédio da Promotora de Justiça Titular da 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e, de outro lado, a Srª Marize Fernando dos Santos, doravante denominada **COMPROMISSÁRIA**;

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público, na forma dos artigos 127 e 129, III, da Constituição Federal, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como a promoção do inquérito civil e da ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social;

**CONSIDERANDO** que a Lei Federal nº 8.429/92 prevê, expressamente, a possibilidade de celebração de acordo de não persecução cível, como forma de resolver consensualmente questões atinentes à defesa do patrimônio público e da moralidade administrativa (art. 17-B);

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA – SIMÕES FILHO  
ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Praça Noêmia Meireles Ramos, s/nº, Centro, Simões Filho/BA, CEP 43.700-000.  
Telefone: (71) 3396-1339. E-mail: 4pj.simoefilho@mpba.mp.br ou sfilho@mpba.mp.br

2



**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 179/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, em seu artigo 1º, § 2º, admite o compromisso de ajustamento de conduta para as hipóteses em tese caracterizadoras de ato de improbidade administrativa;

**CONSIDERANDO** que, no âmbito da atuação do Ministério Público, existe diretriz clara no sentido de conferir prioridade à resolução consensual das demandas, conforme Recomendação nº 054/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público, da qual se extrai: “Art. 1º *Sem prejuízo da respectiva autonomia administrativa, cada ramo do Ministério Público adotará medidas normativas e administrativas destinadas a estimular a atuação resolutiva dos respectivos membros e a cultura institucional orientada para a entrega à sociedade de resultados socialmente relevantes observando, dentre outros, os parâmetros desta recomendação. [...] § 2º Sempre que possível e observadas as peculiaridades do caso concreto, será priorizada a resolução extrajudicial do conflito, controvérsia ou situação de lesão ou ameaça, especialmente quando essa via se mostrar capaz de viabilizar uma solução mais célere, econômica, implementável e capaz de satisfazer adequadamente as legítimas expectativas dos titulares dos direitos envolvidos, contribuindo para diminuir a litigiosidade*”;

**CONSIDERANDO** que o atual Código de Processo Civil incorpora mecanismos de autocomposição de conflitos, elevando os poderes da ação resolutiva, superando-se a forma rígida, tradicional e única de realização dos direitos por meio da imposição estatal da sentença, destacando ao Ministério Público o poder-dever de resolução consensual dos conflitos, especialmente no artigo 3º, § 3º, que diz: “*A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial*”;

**CONSIDERANDO** que o artigo 26 da Lei Federal nº 4.657/1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro) fomenta, genericamente, a resolução consensual dos conflitos no campo do Direito Público, por meio da celebração de compromisso entre a autoridade administrativa responsável e os interessados, assim prescrito: “Art. 26. *Para eliminar irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive no caso de expedição de licença, a autoridade administrativa poderá, após oitiva do órgão jurídico e, quando for o caso, após realização de consulta pública, e presentes razões de relevante interesse geral, celebrar compromisso com os interessados, observada a legislação aplicável, o qual só produzirá efeitos a partir de sua publicação oficial*”;

**CONSIDERANDO** que, de maneira mais específica, a Lei Federal nº 13.140/2015, que trata da autocomposição de conflitos no âmbito da Administração Pública, estabelece o seguinte: “Art. 36. (...) § 4º *Nas hipóteses em que a matéria objeto do litígio esteja sendo discutida em ação de improbidade administrativa ou sobre ela haja decisão do Tribunal de Contas da União, a conciliação de que trata o caput dependerá da anuência expressa do juiz da causa ou do Ministro Relator*”;

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA – SIMÕES FILHO  
ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Praça Noêmia Meireles Ramos, s/nº, Centro, Simões Filho/BA, CEP 43.700-000.  
Telefone: (71) 3396-1339. E-mail: 4pj.simoefilho@mpba.mp.br ou sfilho@mpba.mp.br





**CONSIDERANDO** que é do interesse público a responsabilização dos agentes pelos ilícitos que causarem à Administração Pública, inclusive, aqueles advindos da prática de atos de improbidade administrativa, na forma do artigo 37, §§ 4º e 5º, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que, conforme preconiza o artigo 37, XVI, da Constituição Federal, *“é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI: “a) a de dois cargos de professor; b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas”*;

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal nº 518/97, que dispõe sobre o Regime Jurídico único dos Servidores Públicos do Município de Simões Filho, das autarquias e das fundações municipais, em consonância com o dispositivo constitucional, estabelece, em seu artigo 134, § 2º, que: *“§ 2º A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horários”*;

**CONSIDERANDO** que, por meio do Inquérito Civil nº 709.9.26391/2021, o Ministério Público apura a suposta acumulação ilegal pela Sra. Marize Fernando dos Santos dos cargos públicos de Agente de Endemias, no Município de Simões Filho, e de Agente Comunitário de Saúde, no Município de Camaçari, e, por conseguinte, o auferimento indevido, de verbas públicas, o que configuraria, outrossim, enriquecimento ilícito da servidora;

**CONSIDERANDO** ter sido verificada a incompatibilidade de horários entre o exercício pela Compromissária dos cargos efetivos de Agente de Endemias, no Município de Simões Filho, e de Agente Comunitário de Saúde, no Município de Camaçari;

**CONSIDERANDO**, ainda, que a Compromissária detinha conhecimento acerca da impossibilidade de exercício de dois cargos na área da saúde cujas cargas horárias fossem incompatíveis;

**CONSIDERANDO**, portanto, que as provas produzidas também apontam para a comprovação do elemento subjetivo, consistente na vontade livre e consciente de incorporar, indevidamente, ao seu patrimônio verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial da Prefeitura de Simões Filho;

**CONSIDERANDO** a possibilidade de enquadramento da conduta praticada no artigo 9º, *caput* e inciso XI, da Lei Federal nº 8.429/92, sendo aplicáveis as sanções previstas no artigo 12, I, do mesmo diploma legal, dentre as quais está a “perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio”;

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA – SIMÕES FILHO  
ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Praça Noêmia Meireles Ramos, s/nº, Centro, Simões Filho/BA, CEP 43.700-000.  
Telefone: (71) 3396-1339. E-mail: 4pj.simoefilho@mpba.mp.br ou sfilho@mpba.mp.br



**CONSIDERANDO** que a Compromissária demonstrou interesse em solucionar o caso consensualmente, especialmente mediante a celebração de Acordo de Não Persecução Cível;

**CONSIDERANDO** que o Município de Simões Filho, através de sua Procuradoria Jurídica, informou que *"não se opõe à celebração do Acordo de Não Persecução Cível entre o Órgão Ministerial e a Sra. Marize Fernando dos Santos"*, bem como encaminhou os dados da conta bancária municipal (ID 5345943);

**CONSIDERANDO** que, em atendimento ao quanto disposto no artigo 17-B, § 3º, da Lei Federal nº 8.429/92, o TCM/BA, em manifestação juntada em ID 7634316, "[...] considerando os dados constantes nos autos e os valores lançados no SIGA pela Prefeitura de Simões Filho", concluiu *"pelo montante de R\$4.365,99, a ser ressarcido pela ex-servidora Marize Fernando dos Santos"*;

**CONSIDERANDO** que, com a celebração do Acordo de Não Persecução Cível, todos os fins da Lei Federal nº 8.429/1992 serão atingidos, notadamente a proteção do patrimônio público e dos princípios administrativos que regem a Lei de Improbidade Administrativa;

**RESOLVEM** celebrar o presente **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**, para o que acordam o seguinte:

**I – OBJETO:**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Tem o presente Acordo de Não Persecução Cível como objeto a conduta da COMPROMISSÁRIA, consistente na acumulação ilegal dos cargos públicos de Agente de Endemias, no Município de Simões Filho, e de Agente Comunitário de Saúde, no Município de Camaçari.

**II – INTERESSE PÚBLICO:**

**CLÁUSULA SEGUNDA:** Na hipótese, a resolução consensual apresenta reais vantagens por demonstrar ser a mais adequada, justa e razoável, atentando para os seguintes aspectos:

a) A proposta de acordo proporciona o pleno atendimento do interesse público, consubstanciado na suficiente proteção do patrimônio público e da moralidade administrativa;

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA – SIMÕES FILHO  
ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Praça Noêmia Meireles Ramos, s/nº, Centro, Simões Filho/BA, CEP 43.700-000.  
Telefone: (71) 3396-1339. E-mail: 4pj.simoesfilho@mpba.mp.br ou sfilho@mpba.mp.br





b) O Acordo de Não Persecução Cível revela-se mais vantajoso ao interesse público do que o trâmite de futura ação civil por improbidade administrativa até final trânsito em julgado, levando-se em consideração, dentre outros fatores, a possibilidade de duração razoável do processo e efetividade das obrigações aplicáveis;

c) A proposta de acordo está racionalmente relacionada com a gravidade da ofensa aos princípios da administração pública e as obrigações pactuadas revelam-se compatíveis com a repressão do ato praticado e suficientes para a prevenção de novas condutas;

d) A proposta de acordo é fruto de negociação com a participação de representantes adequados e legítimos;

e) Não há risco de prescrição durante o cumprimento do acordo.

### III – CONDIÇÕES DO ACORDO:

**CLÁUSULA TERCEIRA:** A COMPROMISSÁRIA assume, como condição essencial para a celebração do presente acordo, as seguintes condições:

- a) Devolução dos valores recebidos indevidamente em razão da acumulação ilegal de cargos públicos, totalizando R\$4.365,99 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos), conforme levantado pelo TCM/BA;
- b) Multa civil equivalente a uma vez o valor previsto no item “a”, acima, no valor de R\$4.365,99 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos);

**Parágrafo Primeiro.** Os valores referidos nos itens “a” e “b”, que somam R\$8.731,98 (oito mil setecentos e trinta e um reais e noventa e oito centavos), serão recolhidos à conta bancária disponibilizada pelo Município de Simões Filho em 15 (quinze) parcelas mensais e iguais de R\$582,13 (quinhentos e oitenta e dois reais e treze centavos), vencendo a primeira no prazo de trinta dias após a homologação do acordo pelo Poder Judiciário, e as seguintes, no mesmo dia dos meses subsequentes;

**Parágrafo segundo.** A COMPROMISSÁRIA fica ciente de que os dados da conta bancária disponibilizada pelo Município de Simões Filho são os seguintes: Caixa Econômica Federal; Agência: 2150; Conta: 624017-9; Titularidade: Fundo Municipal de Saúde; CNPJ nº 11.186.974/0001-28, sendo que, na eventual hipótese de alteração, será devidamente comunicada, com antecedência, pelo COMPROMITENTE;

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA – SIMÕES FILHO  
ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Praça Noêmia Meireles Ramos, s/nº, Centro, Simões Filho/BA, CEP 43.700-000.  
Telefone: (71) 3396-1339. E-mail: 4pj.simoesfilho@mpba.mp.br ou sfilho@mpba.mp.br



**Parágrafo terceiro.** A celebração do presente acordo não afasta, necessariamente, as eventuais responsabilidades administrativa e penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no acordo.

**CLÁUSULA QUARTA:** As partes convencionam, nos termos dos artigos 190 do Código de Processo Civil e 15 a 17 da Resolução nº 118/2017 do CNMP:

- a) renúncia ao direito de recorrer por parte da COMPROMISSÁRIA;
- b) a admissão de prova emprestada;
- c) que os atos poderão ser comunicados às partes via e-mail ou *WhatsApp*.

**CLÁUSULA QUINTA:** A COMPROMISSÁRIA obriga-se a comparecer ao Ministério Público, atendendo às intimações, notificações e requisições, às suas expensas, sempre que necessário.

**CLÁUSULA SEXTA:** A COMPROMISSÁRIA está ciente de que a validade do presente Acordo de Não Persecução Cível está condicionada à sua aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia e à sua homologação pelo Poder Judiciário.

#### **IV – INADIMPLEMENTO:**

**CLÁUSULA SÉTIMA:** O descumprimento de cada uma das obrigações descritas na Cláusula Terceira do presente Acordo de Não Persecução Cível implicará, para a COMPROMISSÁRIA, na imposição de multa diária no valor de R\$20,00 (vinte reais), aplicada para cada dia de atraso, sem prejuízo da exigência de todos os valores previstos a título de perda de valores ilicitamente acrescidos ao patrimônio e da multa civil. Os referidos valores, corrigidos pelo INPC, serão revertidos em favor do erário municipal, sem prejuízo das demais medidas judiciais cabíveis;

**Parágrafo único.** A COMPROMISSÁRIA obriga-se a apresentar à 4ª Promotoria de Justiça de Simões Filho, até 03 (três) dias após o vencimento de cada parcela prevista no Parágrafo Primeiro da Cláusula Terceira, os respectivos comprovantes de pagamento.

**CLÁUSULA OITAVA:** O descumprimento do acordo, ainda que parcial, acarretará o vencimento antecipado das obrigações em sua totalidade, competindo ao órgão do Ministério Público, no prazo de 60 (sessenta) dias, promover a execução do título judicial, inclusive da multa cominatória prevista na cláusula anterior.

4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA – SIMÕES FILHO  
ESCRITÓRIO REGIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO  
Praça Noêmia Meireles Ramos, s/nº, Centro, Simões Filho/BA, CEP 43.700-000.  
Telefone: (71) 3396-1339. E-mail: 4pj.simoesfilho@mpba.mp.br ou sfilho@mpba.mp.br






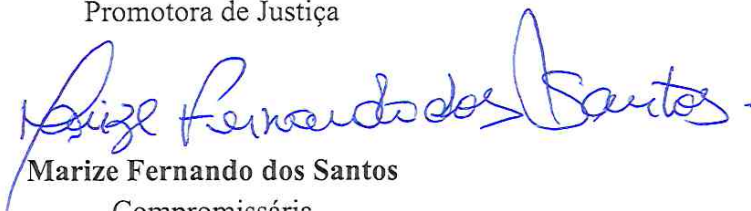
**V – EFICÁCIA:**


**CLÁUSULA NONA:** A eficácia do presente Acordo de Não Persecução Cível fica condicionada à sua aprovação pelo Conselho Superior do Ministério Público do Estado da Bahia e à sua homologação pelo Poder Judiciário.

O presente **ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL**, depois de lido e acatado, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor, para que surta os devidos efeitos legais.

Simões Filho, 27 de setembro de 2022.

  
**Paola Roberta de Souza Estefam**  
Promotora de Justiça

  
**Marize Fernando dos Santos**  
Compromissária

  
**Selma Ferreira Silva**  
Advogada (OAB/BA nº 56.016)